

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR: UM RITUAL MACIÇO DE FACES

FRANCISCO DE ASSIS ALENCAR MOTA

Um ritual não é simplesmente uma idéia misteriosa ou uma abstração piedosa preservada no breviário de algum padre de paróquia (...) Não está necessariamente ligada a experiências poéticas que são inefáveis ou a gestos misteriosos, invocações ou purificações que cercam o tomar de pão e vinho (...) Os rituais são parte da vida humana cotidiana, incluindo atividades seculares.

(MCLAREN, 1991, p. 70)

Introdução

Tradicionalmente, a avaliação da aprendizagem escolar tem sido representada por uma quantidade de informações armazenadas pelos sujeitos que aprendem e estereotipadas por estes, quando da aplicação de provas e testes. A compreensão da avaliação, por esse prisma, parece demarcar um procedimento ritualístico, que dá existência a conseqüências diretas nas relações entre professores e alunos, entre estes somente, entre os sujeitos e o conhecimento e, extensivamente, ao cotidiano extra-escolar de cada um deles.

A análise do comportamento dos educandos em termos de aprendizagem constitui uma ação bastante conhecida entre os pesquisadores da educação. Entretanto, não é esse o interesse maior de McLaren (1991) ao propor um minucioso, comovente e apaixonante estudo sobre alunos de uma escola católica financiada com fundos públicos de Ontário, no Canadá, cuja população escolar era composta, na grande maioria, de filhos de imigrantes açorianos. Para ele, importa examinar a escolarização à luz da teoria ritualística e da representação simbólica, com o intuito de reconceber e redescobrir o comportamento da sala de aula. O trabalho etnográfico desenvolvido por esse teórico tende a ampliar métodos e teorias anterior-

mente estabelecidos para o entendimento do comportamento de alunos, como o behaviorismo, a epistemologia genética e a Psicologia do ego.

Alguns enfoques, como os neogramscianos, neomarxistas e reconceptualistas têm se manifestado com relevada importância à interpretação do cotidiano escolar, quando da apresentação das categorias de classe, gênero e poder, os quais se constituem em estudos microsociológicos da sala de aula. Mas faltam em suas abordagens os avanços realizados pela Antropologia Simbólica, e nos estudos de ritual e drama, indispensáveis à compreensão dos procedimentos ritualísticos da sala de aula, que existem para além da percepção imediata do homem, sendo esta a lacuna que o autor retromencionado tenta preencher.

Dentro da perspectiva de interligação do que ocorre na escola, especificamente, dos indicadores de um campo cultural, traduzidos em rituais, é que se pretende, com esse estudo, o entendimento da prática avaliativa, em suas diferentes faces, que são eficientes no sentido de promover ou controlar distintos comportamentos, atitudes e crenças entre os alunos, podendo, inclusive, ser positivas ou negativas, no tocante à produção de conhecimento e, sobretudo, à promoção humana, tendo em vista o poder que tal prática impõe e o grau de relevância que esta tem como instrumental de inclusão e exclusão social.

Outrossim, ao focar o estudo avaliativo, a partir dos rituais, como elemento indicador de um campo cultural, não se sugere que qualquer prática avaliativa seja, exclusivamente, explicada por esses parâmetros teóricos. Todavia, sem transparência da real significação da avaliação, abre-se um espaço para que educadores e educandos continuem utilizando esse instrumental, apenas de forma empírica e intuitiva, podendo, em consequência, tanto estimular, promover e produzir crescimento, como também, desestimular, frustrar, discriminar, ou até mesmo, determinar no educando o *status* de fracassado.

Em face do exposto, usar-se-á a Teoria do ritual como uma rede de significados para interpretar e compreender o dia-a-dia das avaliações e dos atores partícipes desse processo.

Anotações sobre o conceito de ritual

Inserir a temática ritual no contexto da avaliação educacional requer, de imediato, a apresentação de alguns concei-

tos que permeiam essa categoria de estudo. No início deste escrito, transcreveu-se uma citação que fala de ritual a partir do senso comum, ou seja, daquilo que se absorve apenas pelo imediato, pela leitura pouco aprofundada do que é visto acerca dos "rituais". Embora tais percepções sejam de fato verídicas e levadas à conta, a análise da escola, ou do cotidiano desta, sob a óptica dos rituais, tem como suporte todo um aparato teórico advindo especialmente da Antropologia, como também da própria investigação desenvolvida por McLaren sobre a cultura da escola. Por isso, "os rituais de sala de aula constituem o território da investigação, enquanto a teoria do ritual serve com mapa, lente ou modelo interpretativo" (MCLAREN, 1991, p. 45).

O autor supra assegura que todos somos, desde a fecundação até a formação, como seres desenvolvidos, constituídos de rituais, ao mesmo tempo em que, também, somos formados por eles, isto é, estamos sob o impacto do ritual. Por isso concebe os rituais como atividades sociais naturais.

Algumas correntes do estudo de rituais convergem para a afirmativa de que os rituais já não mais existem em sociedades contemporâneas/industriais. Não obstante, McLaren apregoa que os rituais estão inseridos em nosso cotidiano e presentes na vida industrial moderna, embora não haja uma precisão do próprio termo ritual.

O que há, realmente, é uma complexidade de sistemas de rituais que invadem a vida política, econômica, artística, inclusive a educacional. Temos, então, que o ritual serve como agente principal do mundo social e é parte da ordem natural das coisas, como os rituais dos animais (formigas, aves, animais do campo etc.), sobretudo, como conseqüências da atividade humana com as regras tácitas e/ou explícitas e rotinas da sala de aula. Nesse sentido,

(...) os rituais se nutrem da experiência vivida; eles germinam no barro das fraquezas humanas e no desejo de sobrevivência e transcendência; eles crescem conjunturalmente, a partir das mediações culturais e políticas, que moldam os contornos de grupos e instituições, que sevem como agentes de socialização (MCLAREN, 1991, p. 73).

Embora o conceito de ritual, muitas vezes, apresente-se de forma abstrata, este deverá ser situado numa epistemologia cujo significado aponte para as dimensões do gesto, símbolo e metáfora. Por este caminho, anota-se que os rituais perduram desde os reis sacerdotes de Canaã até a missa católica, como também, em tempos modernos, o ato de comer no McDonald's. Entretanto, não podemos defini-los apenas como um ato repetitivo, limitado, congelado, desprovido de significados e reflexões. Essa forma de visualizar o ritual há muito foi defendida e reproduzida por teóricos funcionalistas, os quais se referiam aos rituais como meros reflexos de aspectos ou componentes "normais" da estrutura social. Contemporaneamente, apontam-se para o "além de", ou seja, podem encarnar e transmitir certas ideologias ou visões de mundo, mas também inverter normas e valores da ordem social dominante.

Aos educadores importa dar ao conceito de ritual um novo potencial para interpretar as manifestações do aluno e do professor na sala de aula, bem como o cotidiano da escola, levando à conta todos os elementos que compõem a totalidade escolar.

Considerações acerca da origem dos rituais de avaliação

Esboçar a trajetória histórica da avaliação seria uma tarefa muito delongada e, talvez, desnecessária às pretensões desse estudo, mesmo porque as atividades relacionadas à avaliação foram detectadas ao longo da história da humanidade. Segundo Depresbiteris (1989), há "alguns mil anos, os chineses já administravam testes para a admissão ao serviço civil; também são freqüentes os relatos sobre o emprego de exames pelos professores, na Grécia e Roma antigas". No entanto, a demarcação histórica que se almeja apresentar aqui cinge-se às tentativas de avaliação da aprendizagem ligadas à idéia de medida.

Daí terem surgidas, nos Estados Unidos, na década de 1940, as primeiras composições teóricas acerca da avaliação, culminando no famoso *Estudo dos Oito Anos*, no qual se defendia a inclusão de procedimentos avaliativos, como testes, escalas de atitudes, questionários, fichas de registro de com-

portamentos, entre outros. Assim, a avaliação consiste basicamente na determinação de quanto os objetivos educacionais estão sendo atingidos por programas instrucionais. Por tal razão, essa proposta ficou conhecida como o modelo de avaliação por objetivos. Vianna (2000) menciona que este modelo se compunha de alguns passos, a saber: formulação, classificação e definição de objetivos, identificação de situações que demonstram os comportamentos estabelecidos nos objetivos, seleção e experimentação de métodos e instrumentos adequados e, ainda, da elaboração de critérios para a interpretação de resultados.

Ampliando o universo conceitual da avaliação, Cronbach (1963) foi o primeiro estudioso da avaliação a atrelar as ações avaliativas à tomada de decisão. Para ele, a avaliação deve perquirir alguns objetivos, entre eles, a identificação das necessidades dos alunos, com vistas ao (re)planejamento das atividades instrucionais. Nessa direção, encontra-se a indispensável contribuição de Bloom (1968) que, no tocante à avaliação, defendeu a idéia de que professores e alunos deveriam ter total conhecimento dos critérios de rendimento dos educandos e que eles fossem suficientemente capazes de, no mínimo, assegurar alguns indícios de progresso até o alcance desses critérios.

Vale lembrar, ainda, a presença de teóricos brasileiros que figuraram com significativa importância na construção de conhecimentos sobre a avaliação educacional. Vianna (1981), por exemplo, apresentou várias publicações voltadas para a seleção de alunos e contribuições sobre testes de rendimento escolar, voltados mais diretamente à norma. Medeiros (1977), também citado na literatura brasileira sobre estudos avaliativos, dedicou-se, especialmente, aos estudos de medida. Para ele, esta é parte integrante da vida diária das pessoas, sendo a avaliação um processo intencional, o que implica a verificação de resultados.

A exemplo dos autores há pouco mencionados, inúmeros outros figuraram com respeitável reconhecimento dos estudos avaliativos. Todavia, o demonstrativo histórico, em epígrafe, é apenas mais um elemento somativo para transportar diacronicamente o rito avaliativo. McLaren (1991), ao estudar a escola do ponto de vista do ritual, trouxe a lume uma série de

categorias muitas vezes perdidas nos enfoque ideológicos. Dessa forma, concluiu que

(...) o ritual, enquanto forma de ideologia, tem uma tendência a se tornar apagado, uma vez que ele, freqüentemente, assume a segunda natureza dos hábitos, isto é, ele completa seu trabalho através de um disfarce de suas atividades (MCLAREN, 1991, p. 348).

E o que se tem visto, ao longo das últimas décadas, nas escolas brasileiras, exceto algumas manifestações construtivistas, é uma prática pedagógica avaliativa com função meramente burocrática, autoritária, individualista, punitiva e embaraçosa às pretensões educativas e ao projeto de vida de cada educando, herdada de teorias pautadas em medidas referenciadas à norma, de caráter classificatório e comparativo, utilizada, ainda, em tempos modernos.

Algumas pedagas ritualísticas da avaliação

Ao estudar esta preciosa obra de Peter McLaren, sobre o cotidiano escolar de um grupo de jovens oprimidos cujas vidas eram inscritas num emaranhado de determinantes e numa trama de significações, sente-se que o descrito tem estreita relação com a realidade das escolas brasileiras. A sensibilidade do autor para perceber os sentimentos, sofrimentos, decepções, frustrações, angústias e esperanças desses jovens, fê-lo apresentar de forma brilhante alguns elementos, mormente ignorados, quando da análise crítica das escolas: o transcendente, o sagrado, o religioso, o corpo, a alegria, a dor e o medo, os quais fazem parte do campo oculto e silencioso das relações sociais na escola.

Reportando-se à avaliação educacional, em particular, àquela que acontece dentro da sala de aula, observa-se a existência de uma imensurável lista de comportamentos ritualizados decorrentes da prática avaliativa que, com o passar dos tempos, incorporaram o universo comportamental das instituições de ensino, traduzidos em rituais, definindo-se como um ato repetitivo, limitado, congelado e desprovido de grandes análi-

ses, isto é, meros reflexos de aspectos ou comportamentos "normais" da estrutura social.

Segundo Luckesi (1998), "o exercício pedagógico escolar é atravessado mais por uma pedagogia do exame do que por uma pedagogia do ensino/aprendizagem". Entretanto, essa forma de conceber as ações educativas tem provocado nos sujeitos educacionais algumas manifestações, não previstas em objetivos, mas que, ao longo de algumas décadas, vêm fazendo parte da cultura escolar. A esse respeito, observa-se claramente que, ao iniciar um ano letivo, de imediato os estudantes procuram saber qual a nota e a média para as suas aprovações e em que época serão efetuados os testes, informando-se, ainda, se determinado professor elabora provas "fáceis" ou "difíceis", instalando-se, conseqüentemente, um verdadeiro pavor entre os discentes. Os professores, por seu turno, utilizam os instrumentos de avaliação para obter dos alunos determinados comportamentos disciplinares. Para isso, revela aos educandos que a prova que está preparando contém questões bastante difíceis. Noutra ocasião, menciona que o teste a ser passado irá contemplar as mesmas questões dos exercícios que está corrigindo. Assim, ele vai adquirindo o comportamento que almeja, desprezando, em conseqüente, grandes oportunidades de intervir pedagogicamente no processo de ensino e aprendizagem.

McLaren (1991), referindo-se aos aspectos observáveis dos rituais, menciona que um deles é o *estado de estudante*, ou seja, aquele em que alunos apresentam atitudes que revelam quietude, boas maneiras, obediência e ações previsíveis. As citadas posturas parecem não ser diferentes das que se encontram em escolas brasileiras. Essa forma de conduzir ou ministrar aulas, de forma ritualizada, tem se difundido de tal maneira que até os próprios pais dos educandos, ao procurar a escola, perguntam, logo, como vão os seus filhos em termos de notas e médias, conformando-se, todavia, com a simples resposta de que eles estão com boas notas. Parece até um ritual criado para interromper o diálogo e a comunicação entre os atores que historicam a educação.

McLaren (1991), ao vivenciar e fazer observações sobre o cotidiano escolar, assinalou alguns elementos que, segundo ele, geralmente são desconsiderados quando se está

analisando as relações sociais travadas nas instituições de ensino, por exemplo: o sagrado, o medo, a dor, a alegria, entre outros. Fazendo uma ponte entre essas anotações e o campo da avaliação, examina-se que alguns desdobramentos têm se apresentado, em decorrência dessa prática avaliativa, principalmente no que pertine à relação aluno/professor.

A esse respeito, é comum encontrar docentes elaborando itens de provas com grau de dificuldade maior do que os exercícios passados em sala de aula; outros, porém, elaboram questões com redação de entendimento difícil; há, ainda, aqueles que aplicam pontos de bonificação ou de punição em consequência de atividades desenvolvidas na classe, ensejando uma variação de comportamentos, tanto por parte dos alunos (como o medo, a apreensão, a submissão, o castigo, a recompensa), como do lado dos professores, o sentimento de poder, de ser superior, de autoritarismo e, em alguns casos, de uma "pitada" de prazer sarcástico.

Mas o que isso tem contribuído para o favorecimento de aprendizagens? De que forma esses rituais têm ajudado o aluno a se perceber como sujeito de tal processo? E o professor? Tem ele conseguido avaliar o seu projeto pedagógico através desses meios avaliativos? Essas indagações rebuscam outros entendimentos não inseridos nessas práticas seculares, as quais, com o passar dos tempos, fizeram-se legítimas e ritualísticas, mas que trouxeram à baila novas peças que devem ser objetos de análise e de intervenção, tais como: a segurança e a competência do professor, o conhecimento abalizado sobre a avaliação, a consciência da aplicação dos recursos didáticos disponíveis, a análise e a adequação do currículo, considerando a diversidade do aluno, o planejamento do curso e das aulas e, bem assim, a ampliação dos meios de avaliação.

Enfim, urge estabelecer uma conexão que, infelizmente, ainda não faz parte do contexto das escolas, tampouco das ações docentes, como reflexo de uma cultura, traduzida em novos rituais.

Avaliação na direção de novos rituais

As duas últimas décadas, no que se refere à educação, foram marcadas por inúmeros debates, seminários, discussões,

cujas questões recaíram, em sua grande maioria, sobre o aumento de oportunidades de acesso à escola.

Em decorrência, os governos (estaduais e municipais) começaram a delinear metas e estratégias político-educacionais, no sentido de maximizar o número de vagas nas escolas e incentivar pais e responsáveis a matricularem seus filhos. Criou-se, com isso, uma ação politizante de divulgação de dados estatísticos sobre a quantidade de crianças e jovens que já não mais se encontravam fora de sala de aula.

Os principais *outdoors* espalhados por algumas das principais cidades brasileiras são, por excelência, exemplos de uma política falaciosa, de cunho eleitoral, traduzida em dados, meramente, quantitativa. Todavia, outros aspectos de extrema importância, mas não revelados, passaram despercebidos pela maioria da população, quais sejam: a qualidade do ensino, a formação inicial, continuada e qualitativa dos professores, a política salarial e plano de carreira dignos para essa categoria, a indisponibilidade dos recursos didáticos, enfim, aspectos ligados à qualificação do ensino.

Assiste-se, também, a uma luta ferrenha contra o fracasso escolar. Estudos indicam que os índices de evasão e de repetência constituem a tônica do problema. Outrossim, o motivo da não-promoção do aluno para a série seguinte implica diretamente o esvaziamento das salas de aula. Esses dados são as respostas dadas pela educação para a falta de qualidade no ensino, à incapacidade dos sistemas educacionais em manter os educandos na escola, sobretudo, à falta de uma avaliação que rompa com os rituais de estagnação e do medo, na busca de novas excelências no ensino.

A problemática, em foco, não se esgota nessas simples reflexões. Outras ponderações, também, fazem-se presentes. Para efeitos desse estudo, destacar-se-ão dois pontos considerados, aqui, importantes para a análise: o primeiro, relaciona-se à Didática, considerada não apenas como a arte de ensinar, ou ainda, o saber como ensinar, mas uma didática que leve à apreciação a diversidade do educando, entendida como um conjunto de fatores sociais, culturais, comportamentais demonstrados por cada aluno e expressos em diferentes situações. McLaren (1991), ao listar as funções dos rituais, enfatiza que *estes podem inverter*

as normas e valores da ordem social dominante. Entretanto, ao assinalar que “podem”, passa-se a idéia de possibilidade, ou seja, o que pode vir a ser, ficando subjacente a vontade de gerar algo.

Nesse sentido, abre-se uma lacuna para a construção de um outro ritual, ou seja, a proposta de uma avaliação formativa, fruto de pesquisas e experiências que se multiplicam ao longo da história. Segundo Perrenoud (1999), “ela está no âmago das tentativas de pedagogia diferenciada e de individualização dos percursos de formação”. Ocorre que nos sistemas educacionais há um hiato entre os discursos modernos, com fulcro nas Ciências da educação e de novas pedagogias e as preocupações pessoais da maioria dos educadores.

Decerto, alguns profissionais não revelam com real transparência uma oposição a essas novas demandas, mas pugnam para que tais práticas, inovadoras, não comprometam as formas tradicionais de avaliação, a cultura da escola, do aluno, dos pais e, tampouco, exijam deles, professores, a assimilação de conhecimentos teóricos e metodológicos que os tirem do estado de acomodação e da prática de rituais, que trazem à tona apenas efeitos convencionais.

Não obstante, observa-se que as últimas investigações em educação têm sido marcadas por um momento de transição. Conseqüentemente, algumas mudanças já são vistas ao lado das grandes transformações Socioculturais. Acredita-se que a educação e, particularmente, a avaliação educacional, não queira ficar excluída deste contexto, posto que:

(...) mais dia, menos dia, os sistemas educacionais estarão encurralados; ou transporão o obstáculo e orientar-se-ão para um futuro em que as hierarquias de excelência serão menos importantes do que as competências reais de maior número
Perrenoud (1999, p. 87).

O rumo que deve tomar esta temática não se pode, com certeza, asseverar, até porque o momento não é de finalização, mas de construção. Entretanto, indícios confirmam que muitos sistemas educacionais caminham para uma avaliação mais integrada com uma pedagogia renovada. Dia-a-dia sente-se que a avaliação tradicional perde alguns centímetros de significação,

cedendo espaço para uma prática avaliativa centrada no educando, onde este se perceba como sujeito deste processo.

Por outro lado, exige-se também a renovação conceitual do educador, tornando-o um intermediador e facilitador das aprendizagens. Nessa direção é, no mínimo, incontestável a afirmação de que a lógica formativa ganhou importância nos debates educacionais brasileiros.

Considerações finais

Nesta ocasião, cabe sintetizar alguns pontos abordados no curso deste estudo, tanto no que diz respeito à compreensão dos rituais, enquanto categoria de análise da avaliação, como também no que se refere às práticas avaliativas e a direção destas, no âmbito das grandes demandas educacionais.

Quanto ao primeiro aspecto, vale ressaltar, surgiu a partir do interesse em conhecer melhor o estudo etnográfico de Peter McLaren, acerca dos rituais na escola. O enfoque dado ao ritual prendeu-se ao fato de que as escolas constituem, por magnitude, espaços riquíssimos de representações ritualísticas. Neste sentido, convém mencionar que o eixo deste trabalho consiste em demonstrar, através das práticas avaliativas, exemplos incontestáveis de rituais nas escolas e relacioná-los a um contexto mais amplo, ou seja, ao campo da cultura, da ideologia, da representação simbólica, os quais se fazem presentes no cenário educacional.

À luz do exposto, convém justificar que os rituais de avaliação, mesmo sendo apresentados ao longo de décadas, por uma prática pedagógica pautada na seleção e na competição, onde esses valores se sobrepõem aos aspectos qualitativos da aprendizagem, é possível concebê-los por uma óptica que possibilite a transformação nas ações dos sujeitos na busca da construção de conhecimentos. Todavia, é preciso perceber a cultura da sala de aula e os rituais de avaliação como reveladores de outra lógica ritualística, onde o medo, a punição, o erro e o insucesso cedam lugares à segurança, à aceitação, ao desenvolvimento, ao sucesso e, sobretudo, ao prazer demonstrado pelo educando em participar efetivamente do processo de ensino e aprendizagem.

O segundo aspecto relaciona-se à direção que estão tomando as pesquisas e as investigações no campo específico da avaliação, ou seja, que tendências tem a avaliação a inclinar para acompanhar as grandes demandas educacionais. Neste momento, cabe defender dois indicativos indispensáveis ao novo rumo da avaliação: um deles está no compromisso ético-político que deve ser assumido pelo educador. Contemporaneamente, não cabe mais a figura do professor apenas transmissor de conhecimentos e avaliador do que foi reproduzido pelo aluno, mesmo por que este já não aceita passivamente tal postura. O outro se reporta ao tipo do diálogo, de veiculação de informação que se pretende ter com os educandos.

Portanto, é necessária a participação efetiva do docente nas decisões da escola, no planejamento das ações pedagógicas e, especialmente, na busca de novas capacitações e ampliação dos mecanismos de avaliação. Enfim, o transcorrer de palavras, frases e períodos efetuados ao longo desse estudo, no mínimo, suscita a reflexão de que uma via de comunicação ampla sobre as finalidades da escola, das disciplinas, do currículo, do projeto pedagógico e didático e, também, dos mecanismos de ensino e aprendizagem conclamam por uma avaliação mais formativa.

Referências Bibliográficas

- DEPRESBITERIS, Lea. *O desafio da avaliação da aprendizagem: dos fundamentos a uma proposta inovadora*. São Paulo: EPU, 1989.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. *A avaliação da aprendizagem escolar. estudos e proposições*. São Paulo: Cortez, 1988.
- MCLAREN, Peter. *Rituais na escola: em direção a uma economia política de símbolos e gestos na educação*. Tradução Juracy C. Marques, Angela M. B. Biaggio. Petrópolis/RJ: Vozes, 1991.
- MEDEIROS, E. B. *Provas objetivas, técnicas de construção*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1977.
- PERRENOUD, Philippe. *Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas*; Tradução Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.
- VIANNA, Heraldo Marelin. *Avaliação educacional e o avaliador*. São Paulo: IBRASA, 2000.